

“Aí chegou o exército e foi humilhando todo mundo”: memórias dos camponeses na Guerrilha do Araguaia através de um documentário

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*

Resumo:

Este artigo apresenta as memórias de moradores da região do Bico do Papagaio que vivenciaram a Guerrilha do Araguaia e as cruza com a mais recente bibliografia sobre o tema. O material analisado consiste em entrevistas retiradas do documentário “Araguaia: campo sagrado” (2011) que enfoca principalmente na atuação criminosa dos agentes do exército brasileiro, que, na sanha de exterminar os guerrilheiros comunistas, não diferenciavam os caboclos locais de combatentes. O material documental apresenta a versão dos moradores, que sofreram com prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, mortes e destruição do patrimônio dos camponeses do Araguaia.

Palavras-chave: Araguaia; Torturas; Exército.

"Then came the army and was humiliating everyone": memories of the peasants in the Araguaia Guerrilla through a documentary

Abstract:

This article presents the residents memory of the Bico do Papagaio region that experienced the Araguaia guerrilla movement and intersects with the latest literature on the subject. The analyzed material consists of interviews taken from the documentary "Araguaia: Campo Sagrado" (2011) that focuses mainly on criminal actions of the Brazilian army officers, who in fury to exterminate the communist guerrillas, they didn't differentiate local caboclos from fighters. The documentary material displays the version of the residents, who suffered from arbitrary arrests, torture, disappearances, deaths and destruction of the peasant heritage of the Araguaia.

Key words: Araguaia; torture; Army.



* **CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME** é Mestre em História (UEM) e professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Introdução

Passados quase quarenta anos da chamada Guerrilha do Araguaia (1972-1976), movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) contra a Ditadura Civil-Militar brasileira, ocorrido na região do Bico do Papagaio, divisa entre os estados do Pará, Maranhão e atual Tocantins, a historiografia do tema aos poucos está sendo revisada ao incorporar a análise dos documentos produzidos à época, seja pelo partido comunista, seja pelo exército. Porém, há ainda lacunas no diálogo entre a documentação escrita e a memória oral dos habitantes daquela região.

Neste artigo apresentamos como fonte primária as falas dos camponeses constantes no documentário “Araguaia: campo sagrado”¹, produzido em 2011 com direção geral de Evandro Costa de Medeiros². Este produto visual apresenta caboclas e caboclos de idade já avançada, pele marcada pelo sol e pelo trabalho diário na roça, que viveram a experiência do contato com os guerrilheiros comunistas e com os soldados do exército brasileiro. Além disso, iremos comparar e discutir essas memórias com os mais recentes trabalhos historiográficos sobre a Guerrilha.

A importância deste trabalho está em conhecer o que sobreviveu na memória desta parcela da população e na possibilidade de dar voz às classes subalternizadas, iletradas. Sobre a importância das pesquisas em História Oral que constrói a memória das classes populares, Antônio Montenegro afirmou que: “Esses atores sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem, com uma diversificada

riqueza de detalhes, experiências cotidianas, que comumente se perdem nos desvãos da história” (MONTENEGRO, 2010: 69).

Duas falas nos permitem uma provocação inicial. Na memória de Seu Joaquim “quem tá lá longe não sabe o que aconteceu aqui, não”. Para Raimundo Melo, “acho que aqui teve mais barbaridade que o Vietnã, mas só que não foi contata ainda”.

História Oral e Memória

Antes de analisarmos as fontes deste artigo, faz-se necessário uma pequena discussão acerca do uso das fontes orais e da formação da memória histórica. No debate historiográfico atual, as fontes orais para a realização da pesquisa histórica já não são tão criticadas quanto eram na década de 1970. A academia tem cada vez mais se utilizado nesse tipo de fonte em suas pesquisas. Para o historiador Paul Thompson, a oposição à utilização das fontes orais:

Baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios. Os historiadores da geração mais antiga, que detêm as cátedras e as chaves do cofre, ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método. Isso implica que não dominam mais todas as técnicas de sua profissão (THOMPSON, 1992:103).

A grande crítica que se faz à utilização das fontes orais em pesquisas historiográficas se refere à sua confiabilidade. Argumenta-se que a memória é seletiva, por isso aquilo que o entrevistado diz não deveria ser encarado como verdade, mas sim como uma construção/representação do passado por ele vivido. Entretanto, comungamos da ideia, já bastante discutida pelos historiadores, de que todo e qualquer documento histórico vem eivado de inverdades. Segundo Marc Bloch, “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais [eles], também,

¹ Disponível no Youtube no link: <https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBBaHrW>

² Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

podem ser falsificados (...), com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa” (BLOCH, 2001:89). Em resumo, todas as fontes são suspeitas.

O experiente historiador, Alessandro Portelli, em um de seus inúmeros trabalhos sobre o tema, apresentou a seguinte argumentação:

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (PORTELLI, 1997:32).

Além disso, esse tipo de fonte possui uma grande contribuição social. Concordamos com a ideia de que a memória é seletiva e corroboramos o pensamento do historiador Eric Hobsbawm, que nos alerta sobre o meio escorregadio em que circulam os historiadores que utilizam a fonte oral, mas que ao mesmo tempo salienta que

Um aspecto importante dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido (HOBSBAWM, 1998:222).

Assim, a oralidade, como fonte de pesquisa, obtém êxito entre os historiadores que a aceitam como

expressão de realidades vividas por pessoas, ou grupos de pessoas, de culturas diferentes da cultura letrada. Para esses pesquisadores, a cultura expressada na oralidade, uma vez registrada, gravada e transcrita, transforma-se em importante criação documental. Como afirmou o historiador Henri Moniot: “A história oral tornou-se um material da história dos ‘povos sem história’ porque é autêntica e onipresente” (MONIOT, 1988: 105).

Ainda, por meio dela, se possibilita dar voz às classes subalternas, aos desprivilegiados, iletrados e aos derrotados, uma vez que “a história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos” (ROUSSO, 2001:98) e esse “[...] é o seu compromisso radical em favor da História Social” (THOMPSON, 1992). Por fim, mas não menos importante, é preciso argumentar que, na “sociedade do descartável”, o costume da escrita durável (cartas e diários, por exemplo) é cada vez mais escasso, principalmente entre os setores populares, o que torna o uso de fontes orais, cada vez mais importante para os historiadores do Tempo Presente.

Para o caso específico de levantar as memórias dos caboclos que viveram na pele a Guerrilha do Araguaia, fato ainda muito desprovido de atenção e de fontes documentais, “cabe ao historiador oral obter memórias de pessoas vivas que sirvam de documento para o futuro: documento que, em forma de memórias, se não forem extraídos rapidamente, se perderão definitivamente” (CORREA, 1978).

Apesar dos argumentos em favor da utilização das fontes orais na pesquisa historiográfica, não podemos deixar de enfatizar que a memória não é estática, ou seja, o sujeito ao falar de fatos do passado o reconstrói, tendo em vista as suas novas

experiências sociais, e não simplesmente relata o que viu ou viveu à época. “A memória é uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências, ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2012: 175). Para o professor de Teoria Política, Paulo Cunha:

O passado para o pesquisador tem uma dimensão de algo a ser compreendido; e para o depoente, é vida vivida, com glórias ou não, sofrimentos muitas vezes (...) Muitas vezes, os depoimentos não trazem informações novas ou substantivas (embora confirmem outras), mas trazem, sim, novos enfoques, fazendo emergir a experiência pessoal e o foco histórico que, em última instância, possibilitem rever os dados bem como as interpretações, abrindo novas pistas. (CUNHA, 2009: 26-27)

Neste artigo, as memórias dos camponeses nos trazem desde novas informações, como também confirmam outros elementos já apresentados pela recente historiografia sobre a Guerrilha do Araguaia. Ao observarmos as falas dos entrevistados, suas experiências, emoções e sofrimentos, bem vivos em suas memórias, nos possibilitara novas interpretações sobre o acontecimento histórico.

Os guerrilheiros na memória dos camponeses:

A então inóspita região do Bico do Papagaio, escolhida pelo PCdoB para implantar a guerrilha, além da densa floresta amazônica e do calor incessante, era habitada por uma pequena população, carente, pouco informada sobre a política nacional e mais preocupada na luta pela sobrevivência diária. Faltavam escolas, médicos, saneamento, diversão e informação para aquele povo, que ainda convivia com a grilagem de terras.

Os aspectos psicossociais predominantes explicam a escolha do PCdoB. Grande parte da população é analfabeta, escolas funcionam em condições precárias e professores não têm preparo nem material didático. Não há água tratada e muito menos rede de esgoto. (...) Os moradores padecem de verminose e deficiência de vitaminas. Há muitos casos de hanseníase. (MORAIS e SILVA, 2012: 311)

Diante deste cenário, os jovens “paulistas”, como eram chamados pelos moradores locais, estudantes acostumados com a vida urbana, “obtiveram a simpatia de populações locais” (AMORIM, 2014: 101), frequentavam a igreja, ajudavam na lavoura, atuaram como professores, parteiras, dentistas e farmacêuticos. Porém, “não chegaram a ser líderes políticos revolucionários. Aliás, ninguém sabia que eram revolucionários” (AMORIM, 2014: 101). A estratégia dos militantes do PCdoB era integrar-se à população local, fazer o trabalho de base, formar lideranças políticas que aderissem à luta revolucionária contra a ditadura. Não deu tempo.

A lendária figura de Osvaldão, um dos primeiros militantes a chegar ao local da guerrilha e que logo se integrou à população, é ainda viva nas memórias dos antigos moradores. Para o barqueiro Joaquim Barbosa, o comunista teria viajado várias vezes com ele pelos rios da região “ele era um bom amigo, um bom companheiro de viagem”. Dona Madalena também relembra que “ele ficou sendo amigo do meu pai” (ARAGUAIA, 2011).

A assistência na área da saúde é o que mais chama atenção nos depoimentos dos entrevistados pelo documentarista. Dona Madalena diz que “eles andavam com aquelas mochilas cheias de remédios, medicamentos, davam pra gente” (Ibidem, 2011). Pedro Galego recorda que “quando chegava na casa da gente perguntavam se

podiam ajudar a gente, assim, em remédio” (Ibidem, 2011). Dona Marcolina é grata até hoje pelo tratamento que fizeram em seu irmão.

Das guerrilheiras mais populares, Dina usou seus estudos em enfermagem para atuar como parteira. Seu Beca relembra que “minha mulher estava com cinco dias que sofria para ganhar neném (...) daí disseram ‘tem uma mulher ali que é muito boa’ (...) eu fui atrás dela e ela veio na mesma hora” (Ibidem, 2011). Pedro Galego e Dona Madalena também lembram partos feitos por Dina na região da guerrilha. “Dina aprendeu a fazer partos e ganhou o respeito dos moradores pela quantidade de mulheres e crianças que salvou” (MORAIS e SILVA, 2012: 114).

Em geral, as memórias contidas no documentário são positivas aos guerrilheiros do PCdoB. O estudo que os militantes tinham, talvez, se destacasse ante a falta de escolarização da população local. Dona Madalena diz que “era tudo gente sabida, num tinha nenhum besta não” (ARAGUAIA, 2011). A caridade militante era a regra no processo de interação com os moradores. João de Deus relembra que quando precisava de ajuda “tanto fazia ter dinheiro ou não” (Ibidem, 2011). Dona Marcolina rememora “eu gostava deles, o senhor sabe? Eu num vou mentir” (Ibidem, 2011). Dona Dora disse que “eles são gente boa demais, porque quando eu adoecia, eles tratavam de nós” (Ibidem, 2011).

O exército percebeu que para lutar contra os guerrilheiros, seria preciso ao mesmo tempo conquistar a população local. Para isso foram realizadas algumas Ações Cívico-Sociais (Aciso) nas cidades e vilarejos da região. Distribuíram comida, verbas para as escolas, além de atuação do Incra e de campanhas de saúde. “Nunca um governo havia prestado tanta atenção à

região do Araguaia (MORAIS e SILVA, 2012: 229).”

Um relatório do exército registrou o resultado de uma Aciso em Xambioá e Araguatins aqui resumidas: foram 5.035 vacinas contra febre amarela, 2.703 vacinas contra varíola, 7.740 atendimentos médicos, 2.397 atendimentos odontológicos, 15 crianças internadas com desidratação, 04 partos normais, 08 casos de varíola, cursos de aperfeiçoamento para professores, palestras sobre civismo, higiene, saneamento e alimentação, orientações de agrônomos e veterinários, gincanas esportivas, solenidades cívicas nas praças, construção de fossas sépticas, reformas nas escolas, igrejas e postos de saúde (MORAIS e SILVA, 2012: 331/332).

A atuação do exército na memória dos camponeses

Além destas ações sociais para conquistar a confiança dos populares, o exército também utilizou a violência indiscriminada contra moradores suspeitos de colaborar com os guerrilheiros, pelo “simples fato de outrora ter recebido um dos paulistas em sua casa traria consequências que a população atingida jamais esqueceria” (CAMPOS FILHO, 2012: 171). Fato ainda vivo na memória da entrevistada Dona Dilva: “perseguraram muito a vida de cada pessoa que não tinha nada a ver com aquilo ali, que é muita gente, não era pouco não” (ARAGUAIA, 2011).

Segundo o jornalista Elio Gaspari, “o Exército prendeu, ao longo de toda a campanha, mais da metade dos homens do lugar” (GASPARI, 2002: 443). Dona Marcolina confirma o fato: “Aí começou a encher a rua de soldado. Era soldado mesmo e helicóptero voando e fazendo aquela bravura toda” (ARAGUAIA, 2011). Na memória do entrevistado Pedro Galego: “aí chegou o exército, foi

humilhando todo mundo” (Ibidem, 2011). Segundo o jornalista Carlos Amorim, “prendiam e soltavam, numa campanha de intimidação nunca vista. Muitos foram mortos e torturados. Os dois métodos de cooptação – corrupção e violência – foram empregados à granel” (AMORIM, 2014: 24).

Este fato permanece vivo na lembrança dos moradores entrevistados no documentário. Logo na primeira fala, Seu Beca lembrou que no “Dia 14 de outubro de 1973 que eu fui preso pelo exército brasileiro (...) Eu estava com a minha mulher gestante (...) baixou um helicóptero (...) fui preso como terrorista” (ARAGUAIA, 2011). Em seguida, Seu Cícero e esposa lembraram vários nomes de moradores presos pelo exército. Na fala de Bernardino “me prenderam, foi dois meses sem eu dar notícias a ninguém. Aí foi onde fez minha mulher endoidar” (Ibidem, 2011). O depoimento de Dona Madalena, criança à época, é esclarecedor:

Quando nós demos fé a nossa casa cercou de soldados. Chega estava tudo verde [dos uniformes dos soldados] assim, aí cercou a casa, foram invadindo a casa, aí já foram pegando meu pai, aí já foram amarrando, tirando meu pai pra fora, expulsando, sabe. Aí nós saímos de casa [o exército] mandou sair tudinho de casa, nós saímos tudinho, aí saíram tocando meu pai igualmente toca porco, sabe. Na estrada, bateram, empurraram meu pai, derrubaram meu pai, falaram meio mundo de coisas pro meu pai, aí a mãe saiu atrás com nós chorando. (Ibidem, 2011)

Não bastava prender a população que nada tinha de subversiva/guerrilheira. De forma violenta e humilhante o exército brasileiro destruiu casas e plantações daquele povo humilde. “Quando nós chegamos lá, eles [exército] tinham tocado fogo na nossa casa. Não tinha mais nada lá na casa, na roça” (Ibidem, 2011) nem nos paióis com

alimentos estocados da colheita; continuou Dona Madalena e complementou “aí a gente passou fome (...) ficou passando necessidade” (Ibidem, 2011).

Dona Dilva confirmou que “eles [exército] queimaram as roças, queimavam tudo, chegavam tocando fogo em tudo e acabavam com as casas. Queimavam, acabavam mesmo” (ibidem, 2011). Comovente é a triste experiência rememorada por Seu Joaquim:

Tudo que era nosso eles botaram fogo, queimaram. Queimaram a roça, queimaram tudo, tudo, tudo, tudo. Eles queimaram foi tudo. Mandaram a mulher sair de casa às seis horas da tarde e largaram fogo, queimaram a casa com tudo que tinha dentro. A mulher saiu com a roupa do corpo e uma panela de comida. (Ibidem, 2011)

Os presos eram encaminhados para Marabá, Araguaína e principalmente Xambioá, onde:

Ficavam presas em um imenso buraco, cavado na base militar, com uma enorme grade colocada por cima (apelidado de Vietnã), onde se acotovelavam dezenas de prisioneiros. Nus, ou apenas de calção, os presos enfrentavam um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes que são comuns naquela época do ano. Água para beber era jogada raramente, e alimentação, poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. (CAMPOS FILHO, 2012: 175)

Este buraco/prisão utilizado pelo exército brasileiro para amontoar os moradores suspeitos de colaborar com a guerrilha, também, está presente na memória dos entrevistados. Seu Cícero diz que “tinha um buraco em que jogavam o povo dentro” (ARAGUAIA, 2011). Seu Beca, que foi preso, é mais incisivo e diz que após a tortura que sofreu, “fui pra dentro de um buraco, passei a noite dentro do

buraco que nem vi, todo quebrado, buraco fundo. Foram me tirar no outro dia” (Ibidem, 2011).

Em nome da “segurança nacional” o exército torturou e matou vários brasileiros, simples caboclos moradores da região do Araguaia que não faziam a mínima ideia sobre o que era uma Ditadura ou uma Revolução. Segundo Romualdo Campos Filho, “a irracionalidade, o preconceito e a truculência, típicos da repressão militar” (CAMPOS FILHO, 2012: 179), impediram que se fizesse a devida distinção entre guerrilheiros e caboclos. Tais atos dos militares devem ser contabilizados como crime e devidamente punidos. Na memória de Joaquim Borges, houve “muito nego que sofreu, teve deles até que morreu de peia, bateram porque achavam que eles estavam dando cobertura para o povo da mata [guerrilheiros]” (ARAGUAIA, 2011). Tais Moraes e Eumano Silva contam a prisão do morador João Felipe: “O caboclo apanha com tala de coqueiro assada. Fica com o corpo todo inchado de tanta pancada. Os militares querem saber onde estão os paulistas” (MORAIS & SILVA, 2012: 132).

A historiografia destaca a morte de Lourival de Moura Paulino, caboclo preso pelos militares, levado até a delegacia de Xambioá onde foi interrogado por três dias e depois encontrado enforcado na cela (Ibidem, 2012: 177). Seu Beca também foi preso e torturado pelos militares brasileiros. Sua memória sobre aquele momento é ensurdecadora:

Fui torturado, fui massacrado, fui judiado. Eu não dormi nenhum pingo, orando a Deus a noite todinha. (...) chegou lá já me penduraram, me amarraram (...) Aí vai eu sofrer. Me penduraram e eu peguei choque em todo canto do meu corpo, nas orelhas, na boca. (ARAGUAIA, 2011)

As torturas sofridas pelos moradores foram tão grandes, que as sequelas físicas, morais e psicológicas permanecem vivas nas memórias dos entrevistados. Dona Madalena diz que “todos os que eles [exército] judiaram, nunca mais foi homem, num prestaram, teve um que chegou a morrer aí na [Vila] Santa Cruz vomitando sangue” (Ibidem, 2011). Seu Joaquim afirma que “o sofrimento aqui foi triste. Aqui teve gente que ficou paraplético (...) apanhou que ficou paraplético” (Ibidem, 2011). Pedro Galego também sofreu na mão do exército e diz que “foi desde esse tempo que eu fiquei doente, quase se arruinando. Nem pra me vestir um calção num dou conta, minha mulher que me veste” (Ibidem, 2011). Na estimativa de Carlos Amorim, “mais de mil moradores sofreram algum tipo de violência por parte das forças de segurança do governo” (AMORIN, 2014: 310).

Ao final do documentário, há um longo depoimento de Raimundo Melo, ex-soldado do exército que diz ter atuado na luta contra a guerrilha. Sobre as torturas contra os camponeses, confirma ele que viu “muita barbaridade sendo praticada nos colonos e em alguns guerrilheiros (...) no pau-de-arara ficavam dois, três, quatro dias, quando o cara saía dali já perdia os testículos, perdia o sentido até da cabeça dele, o que ele estava fazendo” (ARAGUAIA, 2011).

Interessante é a memória sobre o treinamento que teriam recebido os soldados brasileiros para lutar na guerrilha:

“Foram treinados para matar, foram treinados para extermínio (...) Ia pra mata com um fuzil nas costas e o que ele encontrasse, tinha que matar, fosse colono, ou fosse criança ou fosse velho, ou fosse guerrilheiro, não interessava, o nome era guerrilheiro. Chegava dentro de uma roça, tinha dez pessoas, metralhavam todo

mundo, ficava lá, o bicho comia.”
(Ibidem, 2011)

Na bibliografia mais recente sobre o tema, há uma série de relatos sobre o despreparo dos soldados que foram combater nas florestas da região do Bico do Papagaio. Há casos de soldados que, por afobação ou medo, atiraram e mataram outros soldados ou então, ao perceberem o vento ou animais movimentando a folhagem, atiravam a esmo (Cf. AMORIM, 2014) (Cf. MORAIS e SILVA, 2012).

A morte do guerrilheiro Arildo Valadão, codinome Ari, após um encontro casual com o exército, permaneceu na memória do mateiro Sinésio e do ex-combatente Jonas, também ouvidos pelo documentarista. Jonas era um dos poucos moradores do local que ingressou na Guerrilha após ter sido preso pelos militares, acusado de colaboração com os comunistas. Segundo a historiografia, a morte de Ari se deu nestes termos:

Todos os moradores de Taboão foram para a cadeia [presos pelo exército brasileiro, acusados de colaborar com os guerrilheiros]. Os combatentes Ari, Raul e Jonas se dirigiam para os Destacamentos B e C no dia 24 de novembro [de 1973]. Voltavam de um contato com os camponeses e pararam perto de uma gruta na região de Piçarra. Jonas ficou de guarda enquanto os outros dois afastaram-se um pouco. De repente ouviram um tiro e Ari caiu. Raul correu. O comando dos destacamentos ouviu os tiros e enviou quatro esquerdistas. Encontraram o corpo de Ari no chão, sem a cabeça, ao lado de três mochilas. O guerrilheiro Jonas, morador da região, desapareceu. Cinco militares e três guias participaram da ação. Um dos mateiros chamava-se Sinésio Martins Ribeiro. No dia seguinte, a cabeça de Ari chegou à base do exército em Xambioá. (MORAIS & SILVA, 2012: 462-463)

Jonas rememorou o fato da seguinte maneira: “Eu enxerguei o mateiro (...) Não deu pra eu avisar o Ari que estava na minha frente (...) mas eu acenei para o Raul. Quando eu fiz o sinal para o Raul o rapaz atirou no Ari” (ARAGUAIA, 2011). O ato da degola do cadáver de Ari é contato pelo mateiro Sinésio:

Eu atirei em riba do coração dele (...) tratamos logo de despescar o cara, cortamos a cabeça, que chamava bico de papagaio, ninguém chamava cabeça não ‘ó, vocês tragam o bico do papagaio’. Aí eles [soldados do exército] já tinham um saco de plástico para nós, branco, um plástico grosso, era só amarrar (...) tiramos tudo e levamos a cabeça. (Ibidem, 2011)

Pode-se perceber que, pela memória do mateiro Sinésio, o fato de degolar o guerrilheiro Ari era o cumprimento de uma ordem do comando de operações do exército. Tanto que havia a senha “bico do papagaio” para a ordem de matar, degolar e levar a cabeça dos comunistas até a base de operações. Passado tanto tempo do acontecido, Sinésio não aparenta arrependimento, mas sua fala final demonstra o clima de pressão psicológica feita pelo exército aos mateiros que os serviam de guia na floresta amazônica:

Eu estava ansioso, eu estava era cagando de medo, mas o que eu ia fazer no meio de uns homens [militares do exército] desses? Tem jeito não, meu filho, guerra é guerra. Morre quem merece e quem não merece, morre criança, morre mulher, morre todo mundo. Essas mulheres todas sofreram, os maridos apanharam muito. (Ibidem, 2011)

Considerações finais

Ao que parece, o contato dos guerrilheiros com o povo simples da região, as amizades formadas, as ajudas na área da saúde, deixaram na população uma memória positiva. Dona Dora diz

“conversa do povo: ‘ah, aquele povo [guerrilheiros] são terroristas’. Eu sabia lá o que era terrorista? Num sei, pra mim eles são gente boa demais” (Ibidem, 2011). No mesmo sentido, Seu Beca diz “Aquele povo não era terrorista. Aquele povo era apenas um pessoal sofredor” (Ibidem, 2011). Esclarecedora sobre a desinformação política daquelas pessoas é a fala de Seu Joaquim: “A coisa que eu nem sei que diabo é, é terrorista” (Ibidem, 2011). Neste sentido, Carlos Amorim comenta que “aquela gente pobre nem sabia – nunca entendeu – que se tratava de uma luta política” (AMORIM, 2014: 45).

Como se percebe no artigo, mesmo passados muitos anos, a memória da Guerrilha do Araguaia sobrevive nos moradores daquela localidade. Porém, muito ainda se tem que estudar sobre o assunto, corpos continuam desaparecidos, idem para documentos do exército. Vítimas anônimas têm receio de falar o que sabem, viram e viveram. Conforme depoimento de Raimundo Melo: “E as pessoas ainda tem medo de falar sobre os seus esposos que desapareceram” (ARAGUAIA, 2011). Tanto é que o documentário mostra uma reunião do advogado Paulo Fonteles com moradores da região, visando encorajá-los a contar em juízo o que sabem, principalmente, sobre a atuação criminosa do exército.

O símbolo da repressão militar está em Sebastião Rodrigues de Moura, capitão do exército, que participou pessoalmente das ações de extermínio e usou os codinomes de Doutor Luchini ou Major Curió. Seu perfil na historiografia assim o qualifica:

Depois da guerrilha coordenou as ações de limpeza da área para apagar os sinais de confronto. (...) por meio da coação e pelos pistoleiros a seu serviço, transformou-se no homem mais temido da região. Como representante do governo militar, espalhou medo e impôs a lei do silêncio aos moradores (...) Distribuiu

lotes de terras para colaboradores e recebeu o garimpo de Serra Pelada para administrar. Transferido para a reserva, montou um aparato armado e manteve o controle sobre o sudeste do Pará. Fundou Curionópolis e elegeu-se prefeito três vezes. Em 2004, ganhou mais um mandato pelo PMDB. Chegou à Câmara dos Deputados em 1983. (...) Recusa-se a ajudar os familiares na busca dos corpos dos desaparecidos no Araguaia e exerce o poder por meio do medo na região do Bico do Papagaio. (MORAIS & SILVA, 2012: 594)

Para o entrevistado Jonas, “quem pode dar notícia disso aí melhor? Eu acho que só pode ser o Curió. Ele era o comandante. Só pode ser ele que tenha a notícia segura, se foi queimado, se foi arrancado, se foi jogado dentro da água” (ARAGUAIA, 2011). Porém, como bem lembra Raimundo Melo, “porra, o cara está aí, solto, contando vantagem, vai fazer até livro sobre a história daquilo que ele fez, carnificina aqui dentro da região e continua sendo político, ainda respeitado na região” (Ibidem, 2011)³.

Por fim, não podemos deixar de registrar que os moradores do Araguaia que sofreram humilhações, maus-tratos, torturas e tiveram seus bens destruídos pelo exército brasileiro, jamais foram ressarcidos por tais atos. As indenizações que os militantes de esquerda justamente receberam não foram cogitadas para este povo esquecido. A reparação histórica ainda precisa alcançar esta pobre gente.

³ Em dez horas de depoimento à Justiça Federal, Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, revelou que matou dois prisioneiros da Guerrilha do Araguaia e ainda indicou onde estão enterrados os corpos dos militantes Antônio Theodoro Castro, codinome Raul, e Cilon Cunha Brun, codinome o Simão. Mais informações no link: <http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/politica/major-curi%C3%B3-confessa-mortes-%C3%A0-justi%C3%A7a-1.968616>

Referências

AMORIM, Carlos. **Araguaia: histórias de amor e de guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CORREA, Carlos Humberto P. **História oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis. Ed. UFSC, 1978.

CUNHA, Paulo Ribeiro de. Entre a memória e a História. In: PRIORI, Ângelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 14ª edição, 1997.

ROUSSO, Henry. A história não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2001.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Documentário/fonte analisado

ARAGUAIA, Campo Sagrado. Dir. Evandro Costa de Medeiros. Marabá, 2011. Disponível na rede mundial de computadores no sítio do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBBaHrw>

Recebido em 2015-08-31
Publicado em 2015-12-06